

GRAMÁTICA
DO PORTUGUÊS CULTO
FALADO NO BRASIL

ATALIBA T. DE CASTILHO
(coordenador)

VOLUME III

PALAVRAS
DE CLASSE ABERTA

RODOLFO ILARI
(organizador)



SUMÁRIO



INTRODUÇÃO.....	7
<i>Rodolfo Ilari</i>	
O SUBSTANTIVO.....	13
<i>Roberto Gomes Camacho, Marize Mattos Dall'Aglio-Hattner e Sebastião Carlos Gonçalves</i>	
O VERBO.....	65
<i>Rodolfo Ilari e Renato Miguel Basso</i>	
O ADJETIVO.....	243
<i>Esmeralda Vailati Negrão, Ana Müller, Gelza Nunes-Pemberton e Maria José Foltran</i>	
O ADVÉRBIO.....	267
<i>Ataliba T. de Castilho, Rodolfo Ilari, Maria Helena de Moura Neves e Renato Miguel Basso</i>	
PARTE 1 – Advérbios predicadores.....	275
<i>Ataliba T. de Castilho e Rodolfo Ilari</i>	
PARTE 2 – Advérbios verificadores.....	311
<i>Rodolfo Ilari e Renato Miguel Basso</i>	
PARTE 3 – Circunstanciais.....	329
<i>Maria Helena de Moura Neves</i>	

ÍNDICE ONOMÁSTICO	345
ÍNDICE REMISSIVO	347
BIBLIOGRAFIA.....	365
OS AUTORES.....	375

INTRODUÇÃO



Nesta segunda edição da *Gramática do português culto falado no Brasil*, este volume foi dedicado a quatro classes de palavras: o substantivo, o verbo, o adjetivo e o advérbio. Outro volume editado em paralelo trata de pronomes, especificadores, preposições e conjunções.

Distinguir classes de palavras e estudá-las separadamente é um dos mais antigos tópicos dos estudos linguísticos, e um dos que mais fortemente resistiram ao tempo e às inúmeras reorganizações por que já passou a Gramática como disciplina.

Bastaria esse retrospecto para justificar que nossa coleção se ocupe das classes de palavras, mas a decisão de fazê-lo, no nosso caso, não é fruto de uma aceitação inerte da tradição. Como os demais volumes desta série, os dois volumes em questão nasceram do Projeto da Gramática do Português Falado, que se desenvolveu entre as décadas de 1980 e 2000 sob a direção de Ataliba T. de Castilho, com caráter de projeto temático da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Conforme já foi relatado em outras publicações, esse projeto começou pela formação de uma equipe bastante numerosa e altamente qualificada de linguistas, e foi essa equipe que definiu as linhas de investigação a serem trilhadas, a partir do compromisso comum de analisar uma amostra alentada de língua falada culta, gravada nos anos anteriores pelo Projeto de Estudo da Norma Urbana Linguística Culta do Português Brasileiro (Nurc).

Em vista do objetivo proposto, a equipe assim formada foi unânime em reconhecer como sua principal tarefa a descrição da gramática daquela variedade de língua, mas essa unanimidade vinha acompanhada pela percepção de que, no

grupo, havia diferenças de orientação profundas. De fato, àquela altura, alguns dos participantes do projeto já eram referência numa linha de análise gramatical inspirada pelo gerativismo, ao passo que outros já haviam ganhado destaque atuando numa orientação funcionalista. Naquele contexto, foi natural que se constituíssem duas equipes de “sintaticistas”, uma das quais reuniu os pesquisadores de orientação gerativista, ao passo que a outra abrigou linguistas de outras orientações, que viram no velho tópico das classes de palavras um molde apropriado para organizar suas análises.

O Projeto da Gramática do Português Falado foi particularmente ativo nas décadas de 1980 e 1990, quando produziu uma série de livros em que foram coligidos trabalhos sobre fonologia, morfologia, e sintaxe da língua falada. Inspirou inúmeros trabalhos de tese e projetos de pesquisa tanto pessoais como coletivos, dotando assim a língua portuguesa, em sua variante brasileira, de uma das primeiras descrições do falado. No final da década de 2000, a coleção *Gramática do português culto falado no Brasil*, editada pela Editora da Universidade Estadual de Campinas, representa uma primeira tentativa de consolidar essa produção, colocando à disposição da sociedade brasileira o produto de um investimento público de duas décadas. Mais recentemente, o papel de editar e publicar os resultados da pesquisa desenvolvida no âmbito do Projeto da Gramática do Português Falado foi encampado pela Editora Contexto, que se dispôs a providenciar uma nova edição da coleção, em moldes também novos.

Nesta nova edição, os capítulos sobre classes de palavras foram separados em dois livros, dedicados, respectivamente: 1) às classes que a tradição linguística considera “abertas”, porque ganham o tempo todo novos itens, e 2) às classes que, a qualquer momento da história da língua, aparecem como “fechadas”, porque a admissão de novos itens é mais lenta, exigindo às vezes um trabalho de séculos. Os processos de construção que levam da sentença simples ao período gramatical acabaram constituindo um terceiro volume, editado pela professora Maria Helena de Moura Neves.

O que há de comum entre os dois livros que tratam de sintaxe a partir das classes de palavras? O que distingue essa sintaxe da que se faz em outros volumes da coleção, por exemplo, o que Mary Kato e Milton do Nascimento e seus colaboradores dedicaram à estrutura da sentença? Uma resposta aparentemente óbvia seria dizer que os dois tipos de trabalho exemplificam os dois modos de fazer sintaxe que disputaram a preferência dos linguistas da época em que vivemos, o gerativismo e o funcionalismo. De acordo com essa explicação, os textos dos dois livros sobre classes de palavras seriam, sem tirar nem pôr, funcionalistas. Mas isso seria uma simplificação. De fato, embora algumas passagens deixem perceber a influência de autores como Simon Dik ou Leonard Tálmy, muitas outras influências se fazem presentes. Alguns capítulos, por exemplo, mostram uma clara preo-

cupação por submeter as hipóteses levantadas a um tratamento estatístico, bem ao gosto da Sociolinguística variacionista; ainda mais frequente é o uso dos conceitos da teoria da gramaticalização e da abordagem multissistêmica da linguagem de Ataliba T. de Castilho; por fim, em muitos capítulos, faz-se um uso declarado de conceitos importados da lógica elementar. Nada disso saiu de graça.

Segundo a teoria da gramaticalização, as línguas transformam constantemente itens lexicais em palavras gramaticais e, eventualmente, em morfemas. Num mesmo momento da história da língua, palavras diferentes podem encontrar-se em pontos diferentes desse percurso; assim, faz sentido falar de expressões mais ou menos gramaticalizadas, e uma das consequências disso é que a delimitação das classes de palavras (ou a inclusão de certas palavras e expressões numa dada classe) se torna problemática.

Segundo a abordagem multissistêmica de Ataliba T. de Castilho, qualquer sentença mobiliza simultaneamente informações léxicas, sintáticas, semânticas e discursivas; o grande recurso de que a língua lança mão para integrar todas essas informações é um dispositivo sociocognitivo, e entre os quatro sistemas não cabe estabelecer uma prioridade lógica. A partir dessa perspectiva, falar em classes de palavras é, entre outras coisas, pensar em diferentes modos de articular informações de vários tipos. Noções derivadas da lógica, como as de predicado, operador e escopo, permitem recortes mais úteis para a descrição, mas obrigam, também, a abandonar os velhos hábitos que a gramática criou em nós.

Evidentemente, há em tudo isso um forte ecletismo. Imaginamos, contudo, que esse ecletismo não impedirá o leitor de reconhecer, entre os capítulos dos dois livros, uma unidade mais profunda que, com as devidas ressalvas, ainda pode ser chamada de funcionalista. Em oposição às perspectivas que concebem a sintaxe como a explicitação de uma combinatória que resulta em sentenças bem formadas, nós, os autores, entendemos que nossa tarefa consistia em explicar toda sentença como o resultado de uma série de escolhas significativas, revelando por que, em um determinado contexto, os falantes preferem uma forma linguística e não outra. Assim, foi compromisso comum de todos os textos destes dois volumes apontar a contribuição que as palavras fazem para a interpretação da sentença em que aparecem, enquanto unidades lexicais e enquanto membros de uma classe morfossintática determinada. Essa perspectiva obriga a considerá-las não apenas como peças de uma montagem sintática (isto é, unidades passíveis de ocupar uma certa posição na estrutura da sentença), mas também como unidades dotadas de propriedades semânticas e pragmáticas próprias.

Representar as diferentes maneiras de construir sentenças como o resultado de opções significativas do falante é um princípio teórico; nossa metodologia consistiu em conceber a língua como um mecanismo cognitivo, e não uma estrutura

matemática. Quando se deixa de ver uma estrutura matemática na língua, admite-se que ela não usa categorias perfeitamente disjuntas, e sim categorias baseadas em protótipos, tanto na organização que impõe ao mundo quanto na maneira como se organiza a si própria.

Ora, olhar para a língua em perspectiva cognitiva tem consequências sobre o modo de representar o objeto de estudo: cada unidade linguística, cada classe ou construção gramatical traz então o desafio de identificar uma ou mais operações que expliquem seu porquê e deem conta de sua especificidade. Ao longo do livro, essa busca de operações cognitivas é constante.

A intuição de que as palavras têm características (distribucionais e semânticas, cognitivas, discursivas etc.) das quais podemos dar conta mais adequadamente distribuindo-as em classes não tem apenas uma presença histórica forte; é também uma das convicções mais fortes dos falantes das línguas em geral e do português em particular. Nos dois volumes, tentou-se reconstituir parte dessas intuições mediante a descrição exaustiva de um subconjunto dos inqueritos do Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta (Nurc), disponível em transcrição junto ao Centro de Documentação Cultural “Alexandre Eulálio”, da Universidade Estadual de Campinas (<http://www.iel.unicamp.br/cedae/>). Além do Nurc, foram utilizados de modo excepcional exemplos “fabricados” e ocasionalmente outros *corpora*, em particular o do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEUL), o qual pode ser acessado eletronicamente em <http://www.letras.ufrj.br/peul/>. Chegou-se assim aos oito capítulos que constituem o assunto dos dois livros:

Classes abertas: substantivo, verbo, adjetivo, advérbio;

Classes fechadas: pronome, especificador, preposição, conjunção.

Ao leitor que acha essa lista muito parecida com as da tradição, precisamos dizer que a semelhança só existe, precisamente, no nível dos títulos e que, ao contrário do que estes poderiam sugerir, a leitura vai fatalmente proporcionar surpresas, nem sempre óbvias e nem sempre fáceis de assimilar. É que a novidade destes dois livros está na análise desenvolvida em cada capítulo, e não nos títulos que constituem seu Sumário.

Em outras palavras, o confronto com os tratamentos tradicionais das classes de palavras foi um desafio reconhecido e aceito. E nosso esforço terá sido compensado se, no final da leitura, o leitor estiver disposto a aceitar um paradoxo com que convivemos: por um lado, dividir as palavras em classes é necessário, e é uma operação que fazemos o tempo todo ao construir e interpretar sentenças; por outro lado, qualquer classificação adotada será sempre um instrumento gros-

seiro para entender o funcionamento da língua, e precisará necessariamente ser completada por subclassificações (ou subcategorizações) bastante minuciosas e, sobretudo, ser objeto de uma reflexão, de uma crítica e de uma revisão constantes.

Encerro com algumas palavras sobre o papel que me coube como organizador e “editor” dos dois volumes em questão, já que fui o único responsável por essa tarefa: ao preparar seu texto final, eu representei a mim mesmo sobretudo como porta-voz do leitor. Mas quem é esse leitor?

A presente coleção foi concebida como uma grande gramática de consulta. Esperamos que a consultem todos os profissionais que usam a linguagem no seu dia a dia, sejam eles advogados, jornalistas ou ainda professores de língua materna e estrangeira. Mas o leitor que se visou nestas páginas não é necessariamente um pesquisador profissional da linguagem ou um caçador de regras do bem falar; é antes o indivíduo culto e dotado de disciplina intelectual, que, sem envolver-se em especulações acadêmicas, dispõe-se ao exercício intelectual de buscar respostas para suas curiosidades sobre a linguagem, tal como ela é.

Na representação que fizemos dele, esse leitor é alguém que está acostumado a procurar respostas sobre a língua nos compêndios escolares de gramática e que espera encontrar informações sobre as palavras em capítulos estanques, organizados de uma determinada maneira. Esse não seria necessariamente o melhor caminho, mas é o caminho mais “amigável” e mais usado; e isso recomendava que a estrutura do livro fosse a mais próxima possível da estrutura tradicional.

O principal problema com que me defrontei como organizador do volume foi o de dar um caráter didático a alguns capítulos que haviam sido escritos como textos acadêmicos. Fiz então um grande esforço no sentido de tornar a redação tão leve e transparente quanto possível sem trair os autores. Isso me obrigou às vezes a suprimir certos desdobramentos teóricos ou certas passagens de resenha que só teriam sentido para leitores especializados, independentemente de seu valor. Conto aqui com a benevolência dos autores, cuja competência está acima de qualquer dúvida.

Deixo registrados aqui meus agradecimentos 1) aos autores; 2) à Sra. Lúcia Helena Lahoz Morelli, da equipe técnica da Edunicamp, que muito contribuiu durante a preparação da primeira edição do livro; 3) aos colegas e coautores Maria Lúcia Leitão de Almeida e Renato Basso, que discutiram comigo várias passagens do manuscrito; e 4) à Universidade de Estocolmo, que, em 2008, garantiu as condições materiais para a preparação da primeira edição.

Campinas, maio de 2013.

Rodolfo Ilari